

Aristóteles e ação humana*

4

Sônia Maria Schio**

Resumo: A ética aristotélica baseia-se em uma “teoria da ação humana”. Para fins de compreensão (didática), ela pode ser “decomposta” em etapas e analisada em seus componentes, que ficam expostos claramente. Dessa forma, também, podem-se avaliar os diferentes papéis desempenhados, especialmente, pela virtude e pela prudência (*fronesis*), entre outros. A “ética teleológica” de Aristóteles, nessa exposição, parece portar componentes deontológicos, o que torna o estudo, além de relevante, também filosoficamente interessante.

Abstract: The Aristotelian ethics is based on a “theory of human action”. For understanding his ethical theory (upon a didactic point of view) it can be divided in steps, and thus be analyzed in its components, for example, virtue and prudence (*Phronesis*), which are so clearly exposed. Thus, also, it is possible to evaluate the different roles performed especially by these components. The “teleological ethics” of Aristotle seems, besides, to carry components of a deontological ethics which makes the study presented here relevant and philosophically interesting.

Palavras-chave: Aristóteles. Ação humana. Virtude. Prudência. Fim.

Keywords: Aristotle. Human action. Virtue. Prudence. End.

Aristóteles, aluno de Isócrates e depois de Platão, apregoava que o Bem Maior é a felicidade. A felicidade não é um “estado de espírito”, ou algo momentâneo e passageiro, pois ela é uma atividade e se encontra nas atitudes humanas que são virtuosas, que conduzem ao bem-estar pelo hábito voluntário que segue a escolha (ou preferência) que resulta

* A primeira versão do presente texto foi apresentada na disciplina “Ética Nicomachea”, ministrada pelo Prof. Dr. Marco A. de A. Zingano, no primeiro semestre de 2006.

** Professora no curso de Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre e Doutora em Filosofia Moral e Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em História e em Filosofia pela UCS, Especialista em Filosofia Prática – Ética, também pela UCS.

da deliberação. A intenção correta confere valor ao ato e, por isso, ela é a alternativa certa que o cidadão deve seguir, cotidianamente.

Um dos importantes assuntos na obra aristotélica, então, refere-se à ação humana. A ação, segundo ele, tem como *motor* a escolha. A força-motriz dessa é um desejo que visa a um fim. Para compreender isso, pode-se decompor a ação em *etapas*, sem que ela se torne um simples *instrumento* do desejo imponderado. Qual seria, então, a participação da razão no desejo e nos outros momentos que compõem a ação? É no processo que se localiza aquilo que torna a ação genuinamente humana? Aristóteles desenvolve as suas concepções na chamada deliberação, componente essencial na ação para que ela se torne *reta*, ética.

A ação moral

A ética aristotélica é uma ética de fins (teleológica): “Admite-se geralmente que toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem.”¹ (EN, Livro I, 1, 1094a). O *bem*, dessa forma, é a finalidade da vida humana, e sua busca, uma tarefa possível apenas para o homem, que possui os requisitos para isso. Ou seja, o ser humano é naturalmente dotado de sensibilidade, vontade e razão, que lhe permitem agir. Nessa perspectiva, “toda ação tende para algo diferente dela própria, e de sua tendência para produzir isso deriva seu valor”. (ROSS, 1987, p. 194). A ação parte e tem como causa o *fim* visado. A moralidade, assim originada, se expressa na execução das ações particulares, observadas em circunstâncias singulares. Ela se caracteriza, então, pela contingência, por estar aberta à atividade.

Sem a contingência, a ação se tornaria impossível, pois, desprovida de sentido, dessa forma, seria inútil, já que enquanto é ação necessária, não haveria liberdade, sequer a possibilidade de escolha, a deliberação que a precede e, nessa perspectiva, não encontraria espaço para ocorrer. A contingência permite, favorece ou até força a ação do homem no mundo. E, nessa atividade, é-lhe permitido mostrar o seu valor, ou seja, expor as suas virtudes. A contingência faz com que as ações sejam

¹ A partir deste momento, será utilizada a abreviatura EN para a obra *Ética a Nicômaco*, seguida da indicação do livro, capítulo e linha.

irreversíveis, pois não há como “voltar atrás”. Por outro lado, não é possível apreender todo o processo da ação, os meios e projetar total e amplamente as consequências. Isso é derivado do fato de que a ação ocorre em meio a outras ações humanas, formando um tecido complexo, não permitindo que o agente comande o percurso da ação. Ele, atuando como autor da ação, só consegue impor o primeiro impulso ao ato; depois disso, ele perde a possibilidade de dirigi-lo. No desenrolar da ação, há a possibilidade de surgirem eventos desconhecidos, imprevistos, absolutamente novos. Assim, o máximo permitido ao homem é acautelar-se no surgimento e na consecução da ação em vista do fim.

As ações que possuem valor moral são aquelas voluntárias, pois se o agente não agir por opção própria, não haverá como imputar-lhe a responsabilidade pelo realizado. Aristóteles, cômico disso, escreveu: “Visto que a virtude se relaciona com paixões e ações, e é às paixões e ações voluntárias que se dispensa louvor e censura” (EN, III, 1, 1109 b 30), é através delas que são avaliados os fundamentos morais que as originaram e as sustentam.

A estrutura das ações

O processo que leva a ação a cabo, desde sua gênese até a sua conclusão, pode ser resumido da seguinte forma: desejo; deliberação; percepção; escolha; ato. Normalmente a análise sobre a moralidade do ato prende-se apenas aos itens referentes à deliberação e à escolha. Porém, no presente texto, eles serão observados, de forma sintética, em seus vários componentes, objetivando uma compreensão mais global, pois, seguindo a concepção aristotélica, é possível explicitar a ação e os seus desdobramentos para a ética.

Aristóteles formula a composição da ação em forma de um silogismo prático,² que se liga a uma pessoa singular em uma ocasião igualmente particular. (MACINTYRE, 1994, p. 137; ROSS, 1987, p. 205) esquematiza o silogismo prático da seguinte forma:

² Aubenque (1963, p. 139) contesta afirmando que no silogismo a decisão é rápida, enquanto através da deliberação a escolha é demorada. Contudo, poder-se-ia arguir que a deliberação não precisa ser realizada conscientemente em todas as ações, ou que o agente, na maioria das vezes, a realiza automaticamente, sem se aperceber dela. É importante esclarecer que, no presente texto, os autores Aubenque e Gauthier serão utilizados no momento em que tornarem o texto mais esclarecedor, como o faz Pellegrin nos comentários ao Livro X de *Ética a Nicômaco*.

“Eu desejo A.
B é o meio para alcançar A.
C é o meio para alcançar B.
N é o meio para alcançar M.
N é algo que eu posso fazer aqui e agora.
Eu escolho N.
Eu faço N.”
Assim:

a) O desejo (Eu desejo A) atua como o *princípio da ação*. “A origem da ação – sua causa eficiente, não final – é a escolha, e a da escolha é o ‘desejo’, e o raciocínio com um fim em vista”, escreveu Aristóteles (EN, VI, 2, 1139b 31-31, grifo nosso).

O fim, segundo ele, por ser o objetivo da ação, precisa, necessariamente, ser algo realizável. Os meios para atingi-lo são vários, mas não são verificáveis pela experiência. Somente aquele que for posto em prática permitirá o conhecimento de seus resultados. Quanto ao conteúdo desse fim, existem muitas controvérsias. Para Platão é o Bem Supremo. Aristóteles o chama “*eudaimonia*” traduzida para o português como felicidade. Em São Tomás,³ por exemplo, o fim é como a *essência*, fim último, que é a busca de perfeição, e o fim como *conteúdo*, aquele que é individual para cada um, podendo ser a riqueza, o prazer ou outros. O fim desejado deverá também ser ético, do contrário, todo o processo da ação perderia seu valor.

O desejo, nesse sentido, é imprescindível na ação, apesar de não gerá-la. “O desejo é, por definição, ineficaz [isto é, ele não causa algo] e não é por ele que seria desencadeada a ação. Todavia, e é esse o seu papel [ou tarefa], o de desencadear a deliberação, da qual surgirá a decisão”,⁴ escreveu Gauthier (1973, p. 36). O desejo, então, é o primeiro momento do ato deliberativo e de sua própria consecução.

b) A deliberação (“B é o meio para alcançar A. ... N é o meio para alcançar M.”) é a consideração das alternativas possíveis que uma certa situação oferece à escolha. É também uma espécie de cálculo, no qual a

³ Por exemplo, na *Suma teológica*, IIª parte da Iª parte, Q. I, art. VII.

⁴ “Le souhait est, par définition inefficace et ce n'est pas lui qui saurait déclencher l'action. Mais, et c'est là son rôle, il déclenche la délibération, d'où sortira la décision.”

alma dialoga e opera consigo mesma. A deliberação visa ao melhor e, para isso, ela combina os meios mais eficazes para a realização dos fins, tendo em vista que o futuro não está decidido previamente, dependendo, então, das obras dos homens. Pelas suas características, a deliberação parece ser mais técnica e política do que ética.

A deliberação pode também ser concebida como “uma espécie de busca [...], aquela que trata das coisas humanas. Ela consiste em buscar os meios de realizar um fim previamente dado. Ela é, então, a análise regressiva dos meios a partir do fim”, explica Aubenque (1963, p. 116).⁵ A deliberação tem por finalidade a ação futura, mas para Aristóteles não há deliberação sobre os fins, apenas sobre os meios. (p. 108). Porém, os meios não se confundem com a deliberação, pois ela os analisa. A deliberação também pode ser entendida como uma hierarquia dedutiva de meios descendentes da *arché* (arqué). A *arché* é “o conjunto dos primeiros princípios e conceitos últimos que especifica o bom e o melhor para os seres humanos enquanto tais. Completar essa derivação [ou dedução] é a tarefa central da deliberação”, afirmou MacIntyre. (1970, p. 138).⁶

Nessa perspectiva, a deliberação, na ação humana, é falível, mas também insuprimível. Sem ela não há ação, há apenas o movimento impulsionado pelo instinto ou pela paixão. Assim, a deliberação adentra no ignorado e no contingente para deles extrair as possibilidades de realizar o ato visado, pois, a partir deles, há espaço para a decisão, para a escolha humana e, dependendo do próprio agente, a atuação ou a omissão. Ela é uma espécie de saber aproximativo, uma orientação especializada da *doxa*, da opinião. (AUBENQUE, 1963, p. 113). Nesse sentido, é nos meios para a ação que os agentes analisam as coisas que estão ao seu alcance, que são adequados com a finalidade, e com o fim visado. Porém, para deliberar bem é preciso sabedoria prática. (EN, VI, 5, 1140 a 30).

⁵ “Une espèce de la recherche, [...] celle qui porte sur les choses humaines. Elle consiste à rechercher les moyens de réaliser une fin préalablement posée. Elle est alors l’analyse régressive des moyens à partir de la fin.”

⁶ “El conjunto de primeros principios y conceptos últimos que especifican lo bueno y lo mejor para los seres humanos en cuanto tales –. Completar esta derivación es la tarea central de la deliberación.”

A *phronesis* (frónesis) é a sabedoria prática, ou prudência. Ela governa imediatamente a ação, pois é a percepção verdadeira, não do fim, mas daquilo que é útil ao fim. A prudência funciona como meio para atuar em um mundo que não é nem totalmente racional nem absurdo e que convém ordenar usando os meios que ele oferece. (AUBENQUE, 1963, p. 116). A prudência é uma disposição prática que trata da *regra* da escolha, ou seja, ela se dirige ao bem e ao mal para o homem em situações singulares, mas não em sentido absoluto, como por exemplo, o *bem em geral*, como a virtude moral, pois trata de particulares. Em outros termos, na *phronesis* o agente *sabe* quais são os meios necessários para chegar à perfeição ética, e assim, à felicidade, por isso ela é como uma virtude intelectual. A ética, então, possui uma finalidade prática, e para tanto se ancora nos costumes e no caráter de cada um e, no agir, aparecem os bons hábitos para os quais as leis do Estado (*polis*) podem contribuir: a educação deve ser política (cívica), isto é, visar ao bem da *cidade*, pois é uma responsabilidade dele, e precisa estar baseada em uma constituição justa, fazendo com que os cidadãos ajam bem porque se reconhecem como tal e sentem prazer em suas atitudes. (PELLEGRIN, 1998, p. 12-13). Percebe-se, dessa forma, que a prudência se diferencia da ciência ao não tratar do universal. Ela, entretanto, também não é arte, pois se orienta ao fazer, à *poiesis*. Tampouco é sabedoria (*sofia*). A sabedoria faz parte da razão científica, tratando do necessário. (AUBENQUE, 1963, p. 34-35).

A prudência localiza-se na razão calculadora, opinativa, também chamada intelecto prático. Ela se distingue da razão científica por tratar do contingente, do mutável, “daquilo que pode ser de outro modo”. A razão científica trata do eterno, do imutável, e busca desvendar as suas leis, explicar os seus mistérios, ambicionando conhecer a verdade. A prudência, por seu turno, atua como uma sabedoria dos limites. Deve, por isso, ser autossuficiente e conhecedora da ciência dos princípios, ou seja, ela precisa conhecer também o campo de atuação da outra parte da alma, da razão científica, pois “tem por objeto além dos universais, também os singulares, cujo conhecimento se adquire por experiência.” (PERINE, 1982, p. 31). A experiência é particular, única, mas precisa deixar *lições*, ensinamentos que serão analisados, guardados e utilizados oportunamente pela pessoa fronética.

Cabe à prudência, então, tornar *retos* (ou corretos) e, portanto bons, os meios, e guiar a *decisão*. A prudência contém em si uma deontologia

(AUBENQUE, 1963, p. 145)⁷ (um dever) ao buscar a correção dos meios e exigir retidão no princípio que gera a busca destes procedimentos. A prudência é um saber específico e imprescindível. Aristóteles, preocupado com a exposição da deliberação com os seus componentes e o seu funcionamento, parece apenas tangenciar a questão, pois ele privilegiou, neste momento, a análise técnica da questão:

c) *A percepção* (N é algo que posso fazer aqui e agora.): após a deliberação, em que os meios mais eficazes e corretos estão presentes para a obtenção do fim, acresce-se a noção de que esse desejo é realizável, “então, porque nós decidimos, nós o fazemos: a ação segue imediata e necessariamente o julgamento que encerra a deliberação”, explica Gauthier (1973, p. 37).⁸ Cabe ressaltar a importância, nessa etapa da ação, da percepção, pois a ela, ao desejo, em estágio ainda abstrato, foram acrescentados os melhores meios para executá-lo. É nesse ponto, então, que se adiciona a certeza de que os meios são realizáveis, que eles são passíveis de se tornarem realidade. Caberá à *escolha* optar, guiada pela prudência, pelo melhor meio.

d) *A escolha* (*proairesis*) (Eu escolho N) é a opção preferida dentre as várias alternativas. É uma atividade comparativa na busca do melhor possível. Ela depende de uma reflexão fornecida pela deliberação. Pode-se, também, conceituá-la como “o julgamento do intelecto sobre o valor e a possibilidade dos meios para obter o fim, movido pelo desejo do fim que é desejado” (GAUTHIER, 1973, p. 37),⁹ pois o desejado está ao alcance, faltando, nesse momento, apenas o impulso para o agir.

A decisão é a confluência do desejo, faculdade apetitiva, e o pensamento racional, a faculdade intelectual. A decisão exige a *phronesis* junto com a faculdade deliberante para o discernimento, mas envolve, também, a virtude moral, entendida como a disposição concernente à intenção, que torna a escolha correta. (AUBENQUE, 1963, p. 120, 144). Através da escolha, o homem empenha sua liberdade, sua

⁷ “Un savoir qui comporterait, en quelque sorte, une déontologie de son propre usage.” A ênfase precisa recair em “uso” para que não se confunda com uma ética que prescinde da sensibilidade e da experiência.

⁸ “Dès lors, par conséquent que nous le décidons, nous le faisons: l'action suit immédiatement et nécessairement au jugement qui clôt la délibération.”

⁹ “Le jugement de l'intellect sur le valeur et la possibilité des moyens d'atteindre la fin rendu moteur par le désir de cette fin qu'est le souhait.”

responsabilidade e seu mérito, ou seja, a disposição interior e a sua capacidade de julgar, ou melhor, de bem julgar. Desse empenho será possível medir o valor da escolha e do agente.

Embora em alguns momentos possa parecer que Aristóteles preocupa-se mais com os detalhes técnicos da escolha, na consecução de seus atributos de comparar, discernir, votar e decidir, deixando-a com um caráter aparente de moralmente neutro (AUBENQUE, 1963, p. 122), a dimensão ética persiste. Tal fica explícito quando ele trata da *phronesis* ou prudência, pois a ela cabe tornar razoável a captação não racional do fim, operada pelo desejo, fazendo dele desejo refletido que se une, na deliberação, com os meios em vista do fim. A escolha envolve, de um lado, um *juízo* referente aos meios aplicáveis na consecução do fim previamente dado e, por outro, um *imperativo* que *move* o agente à realização da ação.

A decisão diferencia-se da deliberação por ser sua conclusão e encerramento, por isso, não há uma decisão sem uma deliberação prévia, não importando o grau de consciência do agente, do tempo despedido, do nível de complexidade da deliberação, sequer da relevância do desejo. O resultado da escolha será um impulso para a realização da ação.

e) *A ação moral (práxis)* (Eu faço N) é o resultado do processo. É o objeto comum do intelecto (inteligência deliberante) e do desejo (vontade desiderante). Ela é, porém, um contingente indeterminado, como o acaso, mas não se confunde com ele. A contingência e o acaso têm a mesma imprevisibilidade. Disso não se segue que os agentes também sejam imprevisíveis: existe uma segunda natureza, gerada pelo hábito, que deriva do ser virtuoso, e que ele é *assessorado* pela prudência, pela virtude intelectual que é o resultado da experiência da vida e da autoeducação, que fornece o saber do particular, necessário para o reconhecimento das circunstâncias relevantes da ação. Apesar disso, as outras características da ação continuam a existir. A ocorrência da ação em um tempo irreversível, realça a importância da deliberação. A ação também comporta a possibilidade de eventos novos, não previstos em seu processo de reflexão, assim como de acontecimentos que ultrapassam a sua finalidade.

Ainda quanto à ação, Aristóteles distingue o agir do produzir. (EN, VI, 4). O primeiro, além de não ter que deixar algo de concreto no mundo, é imprevisível. O produzir, por seu turno, visa ao objeto ou produto, seu resultado, que é definido previamente; depois de finalizado

o processo, o produto passa a ser independente do produtor, e “tem uma finalidade diferente de si próprio, pois que a boa ação é seu próprio fim”, escreveu Aristóteles. (EN, VI, 5, 1140 b 6-7). O produto da fabricação, além de passar a pertencer ao mundo humano, pode ser destruído depois de findada a produção. A ação, por seu turno, segue seu curso independentemente do agente, sendo seu resultado imprevisível.

A correção da ação

A correção dos meios e a correção dos fins

Para Aristóteles o processo da ação, embora aparentemente simples, não é mecânico. No Livro VI, Cap. 9, após discorrer sobre a deliberação, conclui que “a excelência no deliberar é uma espécie de correção”. (1142b 10). Afirma, também, que o “conhecimento correto é coisa que não existe” (1142b 11), restando à deliberação a necessidade de ser um raciocínio correto, mas que não garante que ela seja usada para fins *realmente* bons; sequer há segurança plena de que os meios elencados, possíveis e escolhidos, embasando-se na virtude, sejam os mais corretos. Ele passa, a partir de então, a questionar o que é deliberação e qual é o seu objeto, momento em que se depara com o ponto nodal da questão: “O homem incontinente e o homem mau, se forem hábeis, alcançarão como resultado do seu cálculo o que se propuseram a si mesmos, de forma que terão deliberado corretamente, mas o que terão alcançado é um grande mal para eles” (EN, VI, 5, 1142b 17-18), ou seja, a finalidade, a ação virtuosa, não foi atingida.

Ele prossegue:

É até possível alcançar o bem e chegar ao que se deve fazer mediante um silogismo falso - não, todavia, pelo *meio correto*, sendo falsa a premissa menor, de forma que tampouco isso é excelência no deliberar - essa disposição em virtude da qual atingimos o que devemos, se bem que não pelo meio correto. (EN, VI, 5, 1142b 23-24, grifo nosso).

A ação, para ser virtuosa, precisa ter percorrido passos igualmente virtuosos. (EN, VI, 2 1139b 8). Na tentativa de resolver o impasse referente aos meios e aos fins da ação humana, Aristóteles afirmou “que delibera bem no sentido irrestrito da palavra aquele que, baseando-se no cálculo, é capaz de visar à melhor, para o homem [em geral], das

coisas alcançáveis pela ação”. (EN, VI, 7, 1141b 13-14). A boa ação, então, precisa possuir “correção nos meios” e também “correção nos fins” para poder ser tida como *boa*, como válida para o ser humano enquanto ser racional.

A ebulia

Nesse momento, chega-se ao âmago da questão: a intenção de que a deliberação possua correção nos meios, para que a ação seja virtuosa, é tarefa da razão prática, da prudência, a qual trata do que está sujeito à mudança, daquilo que é variável, pois esse é o campo da razão calculadora. Para que esse objetivo seja atingido, como demonstra Aubenque (1963, p. 116), não é suficiente acrescer, junto à prudência, a noção de *ebulia*.

A *ebulia* é definida por Aristóteles como a retidão do intelecto, a boa deliberação. Ou seja, o juízo correto, verdadeiro, a retidão relativa ao útil; ou sintetizando, de uma única vez, a virtude sobre o fim a obter, os meios e o tempo. Mas a *ebulia*, para os gregos da época de Aristóteles, “designa[va] mais a habilidade e o sangue-frio na escolha dos meios do que a retitude da intenção”, explica Aubenque (1963, p. 116).¹⁰ O autor, entretanto, ao utilizar esse termo, entende-o como a mistura do *caráter moral*, do fim e do *discernimento* (prudência) do meio mais conveniente para atingir esse fim e no melhor tempo. Seria preciso, nesse sentido, distinguir qual é o objetivo de Aristóteles ao dividir o estudo em uma ação *tecnicamente* boa e uma ação *moralmente* boa. (AUBENQUE, 1963, p. 122). Isto é, diferenciar se a ênfase deve recair na deliberação e em suas etapas ou na ação com as suas consequências.

A virtude (areté)

Nessa perspectiva, há mais uma importante questão em aberto: “Como, porém, desejar a correção dos fins para deliberar se ‘não deliberamos acerca do fim, mas apenas a respeito dos meios?’” (EN, VI, 3, 1112b 12). A solução, posta em curso pelo autor, seria a de que “o

¹⁰ “Désigne plutôt l’habilité et le sang-froid dans le choix des moyens que la droiture de l’intention.”

desejo relaciona-se com o *fim*, e a escolha com os meios?” (EN, III, 3, 1112b 12).

Em um primeiro momento, é difícil conceber que o desejo porte em si a correção do fim. Por isso, nessa ocasião, é necessário introduzir mais uma distinção: o desejo, ao ser um apetite, caracteriza-se por ser um apetite sensível, enquanto a vontade é um apetite conforme a razão. Em Aristóteles, “o apetite é o desejo do agradável” (DA, II, 3, 414 b 6)¹¹ e, dessa forma, ele o coloca junto com as partes diretivas da alma, com a sensibilidade e o intelecto. O apetite é o princípio que impele à ação para a satisfação de uma necessidade ou para a realização de um fim, pertencendo, desta forma, ao intelecto prático. As outras partes da alma, a sensibilidade e o intelecto, não originam a ação, pois a sensação não possui condições para determinar a ação; o intelecto, por seu turno, não contém em si atributos que possibilitem a geração da ação. Volta-se, dessa forma, ao desejo. Cabe ao desejo, entendido como vontade, apetite racional, mover o homem à ação, e isso ocorre em vista de um objetivo final, sendo necessária a união do “intelecto desejanter” com o “desejo refletido”. Porém, para que a ação resultante seja boa, ela deverá ser virtuosa. Como isso ocorre se a virtude não faz parte da razão calculadora?

A virtude em questão não é aquela natural, sobre a qual o homem não tem o mérito de a possuir, e que não se liga à escolha. A virtude de que trata Aristóteles é aquela responsável pela retidão do fim e que depende do homem, de seu ato voluntário. Por isso, ela é conceituada como “uma firme disposição da vontade de escolher corretamente entre os sentimentos”, afirma Tugendhat. (1993, p. 4). E, para Aristóteles (EE, II, 5, 122 a 8)¹² “a virtude é essa disposição que nos torna capazes de expor os melhores atos”. Por isso, ela está no próprio homem, é um princípio, algo de fundamental, que nada é anterior a ela, no sentido de embasá-la. A virtude depende do hábito, a partir do qual o homem escolhe o que ele próprio é a cada instante. Ela se diferencia da prudência por essa se localizar na deliberação e se relacionar ao risco e à decisão. (AUBENQUE, 1963, 130. 137).¹³

¹¹ *De Anima* (DA). “L'appétit est le désir de l'agréable.”

¹² *Éthique à Eudème* (EE). “La vertu est cette disposition qui nous rend capables de poser les meilleurs actes.”

¹³ Nesse sentido, existem várias virtudes, por isso, para alguns comentadores, como, por exemplo, o próprio Aubenque (p. 137), a prudência é apenas uma delas.

Cabe à virtude fazer do desejo, tornado vontade, um apetite racional, com a busca de um fim correto, bom, que deve buscar a medida correta, sem excessos ou faltas. Essa busca de equilíbrio é denominada *justo meio* e auxilia na prática da virtude. Assim, pode-se questionar se a virtude somente participa na ação humana neste momento. E, além disso, quando, no decurso do processo da ação, a prudência e a virtude se encontram? E nesse encontro, como elas atuam, convergindo, complementando-se? As respostas para essas perguntas são imprescindíveis à compreensão da concepção aristotélica sobre a ação virtuosa (ética), pois ambas são indispensáveis à obtenção da “ação moralmente boa”, mas têm origem e funções distintas.

A virtude e a prudência

A prudência e a virtude possuem o mesmo objeto, qual seja, a ação humana. Porém, a prudência está ligada à virtude moral. Apesar de, em muitos momentos, elas terem suas funções e características confundidas e até equiparadas, para Aristóteles, “a virtude do homem também será a disposição de caráter que o torna bom e que o faz desempenhar bem a sua função”. (EN, II, 6, 1106a 23-24). A prudência, ou sabedoria prática, é “uma capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem”. (EN, VI, 5, 1140b 4-6). Então, a virtude é um *hábito* racional, ela pertence ao ser humano, sendo uniforme e constante, enquanto a prudência é uma *conduta racional*, é algo utilizado pelos seres humanos em alguns momentos, e à qual cabe dirigir a ação do homem da melhor maneira, pois se restringe às coisas humanas. Por esse motivo, a *phronesis* distingue-se da sapiência. A sabedoria trata do necessário e do universal ao pertencer à razão científica.

Quanto às funções da virtude, MacIntyre (1970, p. 142)¹⁴ nos auxilia resumindo-as da seguinte forma: “A *phronesis* coopera ao identificar os meios que conduzem aos bens que a virtude dirigiu aos nossos desejos.” Cabe à virtude, então, fazer com que a escolha seja correta e bom o projeto visado. Entretanto, sua tarefa mais importante é a de “dirigir os desejos” do ser humano. A prudência, por seu turno,

¹⁴ “La *phronesis* coopera en identificar los medios que conducen a los bienes que la virtud ha dirigido nuestros deseos.” Nesse sentido, Aubenque (1963, p. 118, nota 5) concorda com esta afirmação: “La vertu morale assure la rectitude de la fin, et la prudence celle des moyens.”

complementa o exercício da virtude. (PERINE, 1982, p. 43). Porém, é preciso salientar: a prudência aperfeiçoa a atuação da virtude ao tratar também dos fins, tarefa realizada conjuntamente com a virtude, mas com âmbitos diferentes de atuação. (PERINE, 1982, p. 42; AUBENQUE, 1963, p. 118, nota 5).¹⁵ Isso ocorre porque o ato humano possui dois princípios: um oriundo do desejo, e outro, da razão. Por outro lado, essa ligação ocorre pelo motivo de que a razão possui uma dimensão científica e outra prática. Nessa última, se encontra a parte calculadora da alma, que trata do contingente; na outra, a razão científica, que tem como objeto o universal.

Dessa forma, para que a ação seja virtuosa, o seu cálculo deverá ser correto, visando ao melhor, e o desejo, a algo de realizável e justo (não vil ou mal-intencionado). O conhecimento da verdade, então, é tarefa da razão científica, cabendo-lhe aconselhar, julgar, com relação aos meios e ordenar convenientemente a execução da ação. À razão calculadora, por sua vez, pertence a tarefa de averiguar os possíveis meios, e à decisão (união do intelecto e o desejo após a deliberação e a percepção) a de comandar. Ambas, a razão científica e a calculadora, deverão obter o auxílio da prudência. A razão estabelece com a retidão do desejo (virtude) uma verdadeira homologia, uma semelhança, na qual os dois, o pensamento e o desejo, possuem o mesmo objeto, ou seja, a ação moral, no entender de Perine. (1982, p. 35). A virtude está disseminada em todo o decurso da *elaboração* da ação. Ela está presente na retidão dos fins, fazendo inválido aquele fim que não for realizado pelos meios apropriados.

Portanto, na escolha estão envolvidas a virtude e a prudência. A virtude, ao demonstrar a disposição interior do agente, torna a ação com valor. À prudência restam as atividades práticas de auxiliar a governar e a ordenar. Ela comanda, juntamente com a decisão, o que demonstra que em Aristóteles também há uma dimensão deontológica, pois “no conceito de *phronesis* há uma dimensão imperativa que introduz na ética aristotélica a idéia de dever” (PERINE, 1982, p. 34), sem a qual a ação não se efetivaria.

A ação ética, nessa acepção, está embasada na virtude que analisa e dirige a vontade para agir com vistas a um fim. A prudência a auxilia, porém,

¹⁵ Segundo S. Tomás (Q LVII, art. IV), a prudência exige uma boa disposição para os fins, o que ocorre através do apetite reto, pressupondo a virtude moral.

Aristóteles parece considerar que tal síntese dos fins com os meios é difícil (tendo em vista que ela é um assunto da deliberação) e também precária (porque a relação que ela institui entre os meios e o fim não tem qualquer garantia de ocorrência). Em contrapartida, com a vontade é fácil, muito fácil, porque ela ainda não está mediatizada [sic]. (AUBENQUE, 1963, p. 133).¹⁶

E é à vontade que se relaciona a intenção.

A intenção pertence ao domínio prático ao se ligar a uma atividade igualmente prática, que poderá ser um desejo, uma aspiração ou uma vontade. Então, a qualidade de uma ação é medida pela retidão da intenção em concomitância com a conveniência dos meios. Dessa forma, os meios e os fins parecem possuir a mesma relevância. Mas, Aristóteles, tendo em vista sua ética teleológica, imprime maior valor moral à ação a partir da intenção que a gera, e que visa a um fim, pois a medida da eticidade (que na época não se distinguia da moralidade) se baseia no fundamento da direção que o agente imprime à ação. Porém, para que a ação chegue à sua consecução, há a necessidade de um impulso à realização da ação já deliberada e escolhida, o qual ocorre com o auxílio da prudência, pois esta possui um caráter normativo ao ser a *reta regra*, que determina o justo meio para a ação. Nesse sentido, parece forçoso concluir que, na ética aristotélica, há também uma dimensão imperativa, introduzindo-se, assim, pressupostos deontológicos na ação moral. Esse argumento é reforçado pela necessidade de existência da virtude, que atua nos princípios geradores do querer e também do agir.

Referências

- ARISTOTE. *Éthique à Nicomaque*. Trad., préface et notes par Jean Voilquin. Paris: Flammarion, 1992.
- _____. *Éthique à Eudème*. Paris: J. Vrin, 1991.
- _____. *De l'âme*. Paris: J. Vrin, 1995.
- _____. *Éthique à Nicomaque*. Notes et commentaires de P. Pellegrin. Paris: Nathan, 1998. Livre X.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- _____. *Ethica Nicomachea I 13 – III 8: tratado da virtude moral*. Trad., notas e comentários de Marco Zingano. São Paulo: Odysseus, 2008.
- AUBENQUE, Pierre. *La prudence chez Aristote*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- GAUTHIER, René-Antoine. *La morale d'Aristote*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.
- JAEGER, Werner. *Aristóteles: bases para la historia de su desarrollo intelectual*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- MACINTYRE, Alasdair. *Historia de la ética*. Buenos Aires: Paidós, 1970.
- _____. *Justicia y racionalidad*. Barcelona: Ediciones Internacionales Universitarias, 1994.
- PELLEGRIN, Pierre. Introduction. In: ARISTOTE. *Éthique à Nicomaque*. Paris: Nathan, 1998. Livre X.
- PERINE, Marcelo. Nas origens da ética ocidental: a Ética a Nicômaco. *Revista Síntese*, n. 25, v. X, maio/ago. 1982.
- _____. “Phronesis”: um conceito inoportuno? *Kriterion*, n. 87, jan./jul. 1993.
- _____. *Quatro lições sobre a ética de Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 2006.
- ROSS, Sir David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. Porto Alegre: EST; Sulina; Ed. da UFRGS; Grafosul; Caxias do Sul: Educs; 1980.
- TUGENDHAT, Ernest. *Lições de ética*. Porto Alegre: datilografado. Traduções feitas pelos alunos da UFRGS. 1993.
- VAZ, Henrique C. de L. *Antropologia filosófica II*. São Paulo: Loyola, 1992.